



## Universidades Lusíada

Carvalho, António Manuel Luvualu de, 1983-

### **A economia do petróleo angolano do pós-guerra : o papel da Sonangol China, o novo parceiro estratégico**

<http://hdl.handle.net/11067/1000>

<https://doi.org/10.34628/dh01-8q35>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2010
<b>Resumo</b>	O presente ensaio pretende fazer uma análise descritiva e ao mesmo tempo tentar demonstrar que, a exploração petrolífera em Angola, a Política e a Economia, andaram sempre de "mãos dadas"; sendo que a primeira foi muitas vezes utilizada, em momentos decisivos, pelo executivo angolano, para, por exemplo, fazer reverter o curso da guerra, ou mais recentemente como "arma" económica preferencial da diplomacia económica....
<b>Palavras Chave</b>	Angola - Condições económicas - 2002, Angola - Relações externas - 2002, Angola - História
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCHS] LPIS, n. 04 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:21:07Z com informação proveniente do Repositório

**A ECONOMIA DO PETRÓLEO  
ANGOLANO DO PÓS-GUERRA  
O PAPEL DA SONANGOL  
CHINA, O NOVO PARCEIRO ESTRATÉGICO**

**António Luvualu de Carvalho**

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa  
Docente e coordenador adjunto do curso de Relações Internacionais da  
Universidade Lusíada de Angola.  
tony\_antigo@hotmail.com

**Resumo:** O presente ensaio pretende fazer uma análise descritiva e ao mesmo tempo tentar demonstrar que, a exploração petrolífera em Angola, a Política e a Economia, andaram sempre de “mãos dadas”; sendo que a primeira foi muitas vezes utilizada, em momentos decisivos, pelo executivo angolano, para, por exemplo, fazer reverter o curso da guerra, ou mais recentemente como “arma” económica preferencial da diplomacia económica.

**Abstract:** The present essay intends to make a descriptive analysis while attempting to demonstrate that the oil exploration in Angola was always “hand in hand” with its Politics and Economy; the first was many times used in critical moments, by the Angolan executive, for example, to reverse the course of the war, or more recently as a preferential economic “weapon” of the economic diplomacy.

**Palavras-Chave:** Angola; Petróleo; Política; Economia.

**Key-Words:** Angola; Oil; Politics; Economics.

## 1. Introdução

O presente artigo pretende fazer uma análise descritiva e ao mesmo tempo tentar demonstrar que, a exploração petrolífera em Angola, a Política e a Economia, andaram sempre de “mãos dadas”; sendo que a primeira foi muitas vezes utilizada, em momentos decisivos, pelo executivo angolano, para, por exemplo, fazer reverter o curso da guerra, ou mais recentemente como “arma” económica preferencial da diplomacia económica. A utilização dos recursos naturais – e neste caso do petróleo – como instrumento de política externa não é só exclusivo de Angola, sendo que nos nossos dias a utilização do gás, e também do petróleo, como factor instrumental nas relações com outros Estados tem sido muito frequente. Veja-se a título de exemplo paradigmático o caso da Rússia e o seu relacionamento com os seus vizinhos (Ucrânia, Geórgia, Bielorrússia, Estados Bálticos, etc.), e também com algum Estados da União Europeia mais dependentes das importações de energia fornecida por Moscovo.

Outra questão importante que está sempre subjacente é a relativa “imunidade” a pressões externas a que estes Estados poderiam estar sujeitos (condicionalidades políticas das instituições financeiras como o Banco Mundial

ou o Fundo Monetário Internacional), e que, pelo facto de produzirem algo que é fundamental e tem uma importância quase decisiva, garante-lhes o acesso a diversas parcerias internacionais diversificadas que não se importam com as questões da transparência ou do maior ou menor respeito pelos direitos humanos (veja-se o caso do relacionamento da República Popular da China com os países fornecedores de matérias primas, nomeadamente petróleo). Além disso, os próprios países ocidentais são os primeiros a “fechar os olhos” às questões atrás mencionadas quando estão em causa interesses financeiros muito importantes e a promessa de contratos multimilionários. São, em suma, estes os pontos principais levantados neste artigo, que faz, além disso, uma incursão sobre a situação política e económica de Angola, principalmente no período pós-guerra civil e aborda especificamente o caso da Sonangol e da sua actuação enquanto vector da afirmação do Estado angolano no exterior através dos seus investimentos, das suas aquisições e das suas parcerias nos diversos quadrantes do mundo, com especial destaque para o caso português.

### **Angola antes e depois da independência**

A República de Angola é o sexto país Africano de maior dimensão, com uma área de cerca de 1.246.700 km<sup>2</sup>, uma costa de 1.650 km e uma fronteira terrestre de 4.837 km. O território da República de Angola fica situado na costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, entre os paralelos 4° 22' e 18° 02', sendo limitado a Norte, pela República do Congo Brazzaville e República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, a Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico, abrangendo ainda a Província de Cabinda, situada a Norte, entre o Congo-Brazzaville e a República Democrática do Congo. A população estimada é de 14 milhões de habitantes e a sua divisão político-administrativa compreende 18 províncias. Angola é um país planáltico cuja altitude varia entre os 1.000 e 1.500 metros limitada por uma estreita faixa de terras baixas na região costeira.

A sua maior altitude encontra-se no Morro do Môco, na Província do Huambo, a 2.620 metros. País de climas bem distintos, Angola apresenta desde o clima seco do deserto, ao tropical chuvoso de savana, e temperado por efeito da altitude. As principais bacias hidrográficas são dos rios Zaire, Mbridge, Kwanza (a maior), Queve, Kunene e Kuando. O rio Kwanza, com 1.000 km de extensão é o maior e mais navegável rio angolano.

A flora apresenta cinco tipos de zonas naturais: flora húmida (Maiombe), savana associadas a mata (Luanda), savana seca com árvores e arbustos (a leste), estepe, ao longo de uma faixa costeira (Sumbe) e desértica, no extremo sul do país (deserto do Namibe) que nos oferece uma espécie única no mundo - a *Welwitschia Mirabilis* que não possui caule e apresenta unicamente raízes e folhas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Monografia de Angola, Embaixada de Angola na Grécia em <http://www.angolanembassy.gr/Portugues/GOVERNO.htm>. Acesso em 28/03/2010.

Angola, a mais rica das colónias portuguesas em África, foi o cenário de uma guerra civil no início da década de 1960, com repercussões internacionais. Os enormes recursos naturais de Angola levaram o governo português, na década de 1920, a estabelecer uma forte cooperação com grandes grupos económicos. Neste período, as companhias que mantinham estreita cooperação com o regime colonial português acentuaram a sua actividade na extracção de diamantes e exploração de café.

Como resultado dessa actividade, as companhias pagavam avultados impostos ao governo português, que permitiam manter a sua política colonial de sustentar as operações militares contra os movimentos de libertação .

A luta pela independência em Angola teve os seus principais precursores intelectuais africanos na década de 1950 em torno do Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, onde futuros líderes como Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade conheceram outros militantes da luta pela libertação do continente africano do jugo colonial europeu que já durava há mais de 500 anos. Os mesmos agiam na clandestinidade para que não fossem detectados pela então Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que personificava a ditadura salazarista.

Pelas constantes frustrações que os jovens viviam e por algumas visões marxistas-leninistas que possuíam, os mesmos criaram o MPLA, que tinha como objectivo primordial “a destruição do colonialismo português e a criação de um país independente com um governo democrático e popular”.

Os três principais movimentos nacionalistas foram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Apesar de convergirem para o mesmo ponto, que era a independência de Angola do regime colonial português, tiveram origens étnicas distintas, varias inclinações ideológicas e diferentes ligações a forças políticas do exterior. Todos estes factores contribuíram para que o conflito angolano tivesse a dimensão que teve a nível interno e externo.

A guerra em Angola não foi travada somente entre as forças dos três movimentos de libertação contra o governo central em Lisboa. Os três movimentos entre si também se digladiavam na luta pelo controlo do poder. O MPLA e a FNLA foram os pioneiros na revolta contra Portugal, desencadeando acções de revolta um pouco por todo território nacional. A eles juntou-se mais tarde a UNITA em 1966. Durante este período até 1974 o MPLA, a FNLA e a UNITA disputavam o controlo das populações e de Angola bem como o reconhecimento internacional por parte de países e organizações internacionais assim, como o acesso aos recursos que poderiam advir fruto deste mesmo reconhecimento.

Por ter sido, no seu tempo, a maior força militar, a FNLA teve uma grande vantagem não só para afrontar as forças portuguesas mas também o MPLA e a UNITA. Mas a FNLA foi prejudicada pela falta de administradores capazes e experientes para poderem diferenciar os interesses políticos dos económicos, sociais e mesmo dos étnicos, tornando-o num partido pouco apetecível para as

massas pela sua forte vertente étnica e tribalista, privilegiando o povo Bakongo do norte em função dos outros do país inteiro.

Em contrapartida, por serem elementos em número reduzido, as forças do MPLA possuíam maior disciplina organizacional, eram mais cosmopolitas e a sua coesão ideológica conseguiu ultrapassar as barreiras das mentes mais fechadas e mais regionalistas, tornando rapidamente o MPLA num dos maiores movimentos de libertação de Angola.

O ano de 1961 foi nevrálgico para a história de Angola. Amplas e sangrentas revoltas deram início à luta de libertação nacional a semelhança do que acontecia na maior parte dos países onde se lutava pela independência das potências coloniais. A rebelião na cadeia de São Paulo em Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961, levou com que muitos prisioneiros políticos condenados à morte fossem libertos. Em resposta ao acto, um grupo de revoltosos foi assassinado, no norte de Angola, por agentes da PIDE.

A violência de 4 de Fevereiro de 1961 colocou Angola na agenda das Nações Unidas e chamou a atenção para a situação explosiva que se instalou no país. A repercussão mundial da guerra levou os movimentos de libertação nacional aos foros das Nações Unidas. Vários países africanos independentes e membros das Nações Unidas introduziram a questão da libertação de Angola na agenda das Assembleias Gerais das Nações Unidas. Em Junho de 1961, o Gana informou as Nações Unidas que acabara de fechar os seus portos e aeroportos a barcos e aviões portugueses, entre outras medidas restritivas. O Senegal foi mais radical e cortou relações diplomáticas com Portugal naquele mesmo ano (José Saraiva 1997 p. 78).

As condenações às políticas portuguesas menos positivas em Angola não se baseavam apenas nos países africanos que tiveram obtido a sua independência na época. O Reino Unido anunciou que suspenderia todo o suprimento de equipamento militar para Portugal. Já os Estados Unidos da América formalmente protestaram contra o uso de equipamento militar norte-americano contra populações civis nas lutas coloniais.

Em Janeiro de 1962 iniciativa de 44 países afro-asiáticos, foi apresentado nas Nações Unidas um projecto de resolução que criava instituições livres em Angola e estimulava a transição gradual do poder para o povo angolano. A resolução foi aprovada mas sem nunca ter sido aplicada, como se sabe.

O papel desempenhado quer pela organização das Nações Unidas (ONU) como pela Organização de Unidade Africana (OUA), na solução de problemas resultantes fundamentalmente de conflitos internos foi limitado pelo facto de que muitos dos governos estavam pouco claros quanto a ceder parte a sua soberania para permitir o envolvimento de forças externas para resolverem os seus problemas internos. A maior parte dos países africanos têm fronteiras que cruzam linhas étnicas e isto, como em qualquer conflito étnico, causa refugiados e exilados políticos, é geralmente estes conduzem a grandes conflitos com os países limítrofes. Este facto tornou-se uma preocupação para as organizações internacionais e regionais, não somente devido a considerações humanitárias,

mas também por razões de segurança e paz (Andemicael (1979) p. 248).

Com a revolução dos cravos e o derrube de Marcelo Caetano pelo movimento das forças armadas a 25 de Abril de 1974, pôs-se fim à colonização portuguesa nos territórios do ultramar, com particularidade para Angola. O período de transição (ano de 1975) para a independência de Angola foi marcado por grandes desavenças ideológicas entre os três movimentos nacionalistas angolanos (MPLA, UNITA e FNLA), que viriam a dar origem a uma guerra civil com o objectivo de tomarem o poder.

Em função do panorama político vivido na altura, os três líderes dos movimentos nacionalistas, nomeadamente Agostinho Neto, Jonas Savimbi e Holden Roberto reuniram-se no Quénia, mais propriamente em Mombaça, a 3 de Janeiro de 1975 e comprometeram-se a cooperar para a paz e preservar a integridade territorial de Angola para facilitar a reconciliação nacional. Na senda de consolidarem as alianças e de manterem a paz e unidade, os três líderes dos movimentos nacionalistas assinaram, em Portugal, o Acordo do Alvor. O referido acordo reconheceu os três movimentos nacionalistas como legítimos representantes do povo angolano.<sup>2</sup>

Este reconhecimento correspondia também às posições de princípio assumidas pela ONU e OUA, às quais Portugal veio a vincular-se.<sup>3</sup>

O Acordo do Alvor regulava, entre outras questões, os termos em que se devia processar a independência de Angola e o ordenamento constitucional que deveria vigorar durante o período de transição até ao momento da transferência do poder. O acordo estabelecia também que o governo de transição devia aprovar a lei constitucional que vigoraria até 31 de Outubro de 1975, data limite para a realização de eleições e a instalação de uma assembleia constituinte.

Foi igualmente decidido que a independência e a soberania plena de Angola seriam proclamadas a 11 de Novembro de 1975. Entretanto, o poder soberano em Angola passaria a ser exercido pelo Alto Comissário e por um Governo de Transição. Este seria presidido e dirigido por um Colégio Presidencial, integrado pelas três partes angolanas que haviam assinado os Acordos do Alvor (Lei nº 11/75 e Decreto nº 2-A/75).

A lei constitucional que regularia o período de transição até à data da proclamação da independência foi promulgada a 13 de Junho de 1975 e estabeleceu como órgãos de soberania o novo Estado no momento da independência, a Assembleia Constituinte e o Presidente da República, que seria eleito pela própria Assembleia até ao dia 8 de Novembro de 1975.<sup>4</sup>

A ausência de facto das suas funções, como membros do Colégio Presidencial e do Governo de Transição, por parte da FNLA e da UNITA conduziu à suspensão dos Acordos de Alvor (Decreto Lei nº 105/75).

<sup>2</sup> Acordo de Alvor, capítulo I, artigo I.

<sup>3</sup> José Paulino Cunha da Silva. in *As resoluções das Nações Unidas sobre Angola*, Editorial N'zila, Luanda, 2002, p. 30.

<sup>4</sup> Idem, pp. 30-31.

Às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, em Luanda, o MPLA, na pessoa do seu Presidente Dr. António Agostinho Neto, proclamou a Independência Nacional denominando o Estado como República Popular de Angola (RPA). Nessa altura também entrou em vigor a Lei Constitucional e a Lei da Nacionalidade.<sup>5</sup>

A lei constitucional proclamava “a total libertação do colonialismo, da dominação e opressão, do imperialismo” e a construção de um país próspero e democrático, em que as massas populares pudessem materializar as suas aspirações.<sup>6</sup>

Na referida lei constitucional, ficou vincada a adesão de Angola aos princípios da Carta da Organização da Unidade Africana (OUA) e a da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda na noite do dia 10 de Novembro de 1975, o Alto Comissário português Almirante Rosa Coutinho, mandatado pelo governo, procedeu à leitura de uma mensagem da qual se destaca o seu número dois: “Nestes termos, em nome do Presidente da República Portuguesa, proclamo solenemente com efeito a partir das zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no povo angolano a quem pertence decidir as formas do seu exercício”.

Com este acto, Portugal declarou formalmente a independência de Angola, tal como se comprometera, transferindo o poder para o MPLA, a quem reconhecia legitimidade como representante do povo angolano nos termos do Acordo de Alvor. Após a proclamação de independência, a RPA, com um governo formado pelo MPLA, foi de imediato reconhecida internacionalmente por vários Estados e organizações internacionais, inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização de Unidade Africana (OUA).

O MPLA assumiu-se como força dirigente da Nação, na construção de um Estado forte, Democrático e Popular, assim como tinha o domínio de todos órgãos do Estado. Angola afirmou-se assim como Estado unitário e indivisível e propôs-se a liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo, assim como estabeleceu um regime laico, em que o Estado não se confundia com instituições religiosas.

O plano de divisão de Angola, forjado pela coligação UNITA /FNLA, com a pseudo proclamação da República Democrática de Angola (RDA), no Huambo, província situada no centro sul do país, no dia 11 de Novembro de 1975, não sobreviveu 24 horas. A pseudo República não foi reconhecida por qualquer Estado, e não mereceu o crédito político de Portugal, mem das Nações Unidas e da OUA.

Angola vivia um período difícil e a proclamação da independência teve lugar num quadro de guerra. Angola foi invadida a norte por uma coligação de forças militares integrada pelos guerrilheiros da FNLA, mercenários europeus,

---

<sup>5</sup> Idem, p. 31.

<sup>6</sup> Idem, p. 31.

forças regulares do exército zaireense e a sul pelo exército sul-africano aliado da UNITA com o objectivo de tomar a capital Luanda antes do dia 11 de Novembro.

A invasão militar estrangeira a Angola, apoiada e perpetrada por países membros da ONU, fez com que Angola, neste caso o MPLA, recorresse ao auxílio militar de Havana.

Com a presença destas forças no território nacional, iniciava-se uma guerra entre angolanos com uma forte componente militar estrangeira. A UNITA e a FNLA passaram a contar com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA), da África do Sul e do Zaire, actual República Democrática do Congo (RDC), enquanto que o MPLA, por razões de orientação ideológica, era apoiado pela URSS e por Cuba (e algum apoio de outros países do Leste).

Estava assim desenhado o cenário de guerra em Angola que não foi mais do que a continuação do que se verificou antes da independência nacional, mas desta vez com alguma diferença nos actores em presença. Toda envolvimento de potências externas relacionava-se com a conjuntura que se vivia na época, fruto da Guerra-Fria entre o bloco socialista e o ocidental.

O conflito angolano teve diferentes incentivos que motivaram os actores internos e externos a envolverem-se directa ou indirectamente. Quanto aos actores internos, sublinha-se que a variedade étnica, regional, as classes e as bases ideológicas em que os mesmos assentavam, enquanto relativamente aos externos nomeadamente os EUA, a África do Sul, o Zaire, a União Soviética (URSS) e Cuba, o fornecimento de assistência financeira, material e militar a UNITA, FNLA e MPLA.

A intervenção soviética em Angola centrou-se, principalmente, na assistência financeira, material e de formação a quadros do MPLA, em razão da sua base ideológica, enquanto que os EUA contribuía com apoio financeiro e militar a FNLA, inicialmente, e mais tarde a UNITA.

No início, o apoio financeiro e material militar dos EUA era prestado a FNLA de forma indirecta, através de um país vizinho de Angola, o Zaire (RDC) e mais tarde a UNITA a partir de um outro país da região austral á África do Sul. A intervenção dos EUA no conflito angolano tinha também como um dos principais objectivos travar a expansão e a influência do poder soviético na região austral do continente africano, tal como foi referido pelo então presidente norte-americano Gerald Ford.

Uma outra motivação norte-americana para apoiar a UNITA e a FNLA na guerra em Angola contra o MPLA foi a componente “económica”, que exigia uma estabilidade política na região austral de África, factor que iria permitir-lhe a manutenção do seu “status quo” em África.

Quanto à África do Sul, a sua intervenção directa no conflito com o seu exército regular em apoio às tropas da UNITA e da FNLA deveu-se essencialmente a questões de segurança para a manutenção do controlo do território namibiano<sup>7</sup> e deste modo

---

<sup>7</sup> Robin Hallet; “the south african intervention in Angola, 1975-1976 *African Affairs*, Vol 77 (july 1978) p. 363.

conter a pressão política interna que se vivia no país, devido ao *apartheid* e, ao mesmo tempo, evitar que as tendências pró-marxistas se implantassem nos seus territórios.

Por outro lado, as superpotências continuaram a preferir não se empenharem de uma forma demasiado visível, optando por delegações, fazendo com que, em parte, a expressão do conflito leste-oeste se confundisse quer com a componente regional, quer com a do conflito interno.

A União Soviética e o Pacto de Varsóvia continuaram a apoiar abertamente o MPLA e a suportar grande parte das despesas da intervenção militar cubana em Angola, enquanto que os EUA, apesar da “Emenda Clarck” (aprovada em 1976 e que legalmente proibia a assistência directa a qualquer das partes no conflito angolano), continuaram a apoiar a UNITA.

O apoio à UNITA foi intensificado pelos EUA após a ascensão de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, tendo na altura caracterizado a UNITA e o seu líder, Jonas Savimbi como “combatentes da liberdade”. O apoio norte-americano à UNITA passou a ser “aberto” a partir de Julho de 1985, quando a administração de Ronald Reagan conseguiu a revogação da “Emenda Clarck” pela Câmara dos Representantes.

O conflito interno assumiu contornos mais convencionais com o MPLA já no poder, detendo o domínio de todos os órgãos do Estado e das forças armadas, enquanto a UNITA, ao optar pela guerra de guerrilha, exercia o poder de facto nas zonas que estavam sob o seu controlo, denominadas “áreas libertadas”. Com o tempo, este movimento aperfeiçoou a sua estrutura militar, criando algumas unidades regulares, apoiadas e assessoradas por unidades militares do regime fascista sul-africano.

A situação interna no país, que era caracterizada pelo conflito armado, após a independência, teve um outro desenvolvimento no plano político no seio do MPLA, partido no poder desde 11 de Novembro de 1975, com o surgimento da facção populista radical liderada por Nito Alves, que em 27 de Maio de 1977, chefiou a tentativa de “golpe de Estado”, que visava a destituição do MPLA e do seu presidente Dr. António Agostinho Neto.

No seio da UNITA, Jonas Savimbi teve de enfrentar ameaças ao seu poder, que ele sempre solucionou de forma energética, mas que a natureza clandestina destas conspirações permitia escamotear do conhecimento público. Foi o caso da eliminação, entre outros, dos dirigentes Wilson dos Santos e Tito Chingunji, cujo esclarecimento só viria a conhecer alguns progressos passados anos, com a dissidência de alguns dirigentes do movimento e as denúncias feitas por estes. Jonas Savimbi reconheceria então a liquidação sumária daqueles dirigentes e dos seus familiares, “sacudiou o capote” transferindo a responsabilidade e iniciativa dos assassinios para Nzau Puna, um dos dissidentes que revelou os factos e acusara Savimbi de autor material das mortes.

O presidente Agostinho Neto faleceu a 10 de Setembro de 1979, na sequência de uma intervenção cirúrgica em Moscovo, tendo sido José Eduardo dos Santos o homem escolhido pela direcção do MPLA para substituí-lo.

As Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA), transformadas em Exército Nacional pela constituição da República Popular de Angola, sustentadas por forças cubanas e apetrechadas com equipamento militar soviético, iniciaram o processo de consolidação do controlo do governo por todo o país, depois de alcançada a independência em 1975. Neste esforço, as FAPLA confrontaram-se com dois grandes antagonistas: a UNITA como principal oponente interno do governo e a África do Sul como o poderoso apoiante externo da UNITA.

Como a África do Sul reforçou a sua intervenção directa e indirectamente através da UNITA, Cuba aumentou a disposição dos seus soldados de tal forma que em finais de 1980 o número das suas tropas atingiu os 50.000.

### O processo de paz

A retirada dos factores externos que sustentavam a guerra era fulcral para a resolução do conflito em Angola, e esse objectivo foi constantemente defendido pelo presidente da República de Angola José Eduardo dos Santos.

Para a sua efectivação era necessário iniciar um processo de negociações entre o governo angolano e os actores externos que eram parte do conflito interno. Essa iniciativa visava desanuviar o clima de tensão e contribuir para a resolução do problema da paz e da segurança da região, uma vez que Angola não podia continuar a ser “o parque de diversões da guerra fria”, depois de ter sido “a jóia do império colonial português”.

Nesta ordem de ideias, os governos de Angola e Cuba reiteraram, em duas declarações assinadas pelos respectivos ministros das Relações Exteriores, a 4 de Fevereiro de 1982 e 19 de Março de 1984, a sua determinação relativamente à retirada das tropas cubanas do território angolano, logo que tivesse início a implementação da Resolução 435/78 sobre a Independência da Namíbia. Na esteira dessas movimentações, o presidente José Eduardo dos Santos enviou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, a 17 de Novembro de 1984, uma carta em que apresentava uma plataforma de negociações que incluía:

- A retirada total e incondicional das tropas sul-africanas de Angola.
- A cessação da ajuda sul-africana à UNITA.
- Um acordo de cessar-fogo entre a África do Sul e a SWAPO.
- A implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

Foi assim que começou o processo que conduziu às conversações quadripartidas, entre Angola, África do Sul, Cuba e a Swapo, concluídas em Nova Iorque em 1988.

Enquanto decorriam as negociações quadripartidas, em Londres, o exército sul-africano sofria sérios revezes no Ruacaná e o regime do *apartheid* inquietava-se com a iminência do efeito bumerangue da sua própria política de invasão a Angola em perseguição dos guerrilheiros da SWAPO, que arrogantemente consideravam ser uma “hot pursuit”.

A batalha de Calueque foi o ponto de viragem que levaria Pretória a aceitar, sem sofismas nem delongas, a imperatividade da aplicação da Resolução 435/78, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Depois das batalhas de Mavinga, Kwito-Kwanavale e Calueque, em 1987 e 1988, Angola, Cuba e África do Sul chegaram à mesma conclusão: todas as partes ganharam noção dos limites do que poderia ser conquistado no campo de batalha e avaliaram os custos e os perigos que significaria a continuidade da guerra.

Paradoxalmente, cada parte pôde também clamar por um certo grau de vitória, pelos estragos provocados ao inimigo. Em 1984 a África do Sul começou a acusar os efeitos das dificuldades internas e pressões externas, tendo por isso sido obrigada a chegar a alguns compromissos com os seus vizinhos que com mais eficácia apoiavam o Congresso Nacional Africano (ANC) e a South West África Peoples Organization (SWAPO). É nesta perspectiva que têm lugar os encontros de Lusaka entre a África do Sul e Angola, a 16 de Fevereiro de 1984.

Em Lusaka, a África do Sul comprometeu-se a retirar as suas tropas de Angola e absteve-se de novas intervenções. Em contrapartida, Angola aceitou impedir as actividades militares da SWAPO no interior do seu território.

Apesar de selados os compromissos, a verdade é que as incursões da África do Sul no interior de Angola não cessaram, particularmente sempre que a UNITA se encontrasse em dificuldade, como aconteceu na batalha do Kwito-Kwanavale nos finais de 1987, ocasião em que o próprio presidente sul-africano Pieter Botha, com vários ministros do seu gabinete, entre eles o da Defesa, Magnus Malan, chegou a visitar as suas tropas na frente de batalha no interior de Angola.

A entrada ilegal, em território angolano, do chefe do regime racista da África do Sul e alguns dos seus ministros foi condenada pelo Conselho de Segurança da ONU, que considerou-a uma flagrante violação da soberania e da integridade territorial de Angola<sup>8</sup>.

A seguir ao fracasso no Kwito-Kwanavale, a África do Sul regressou às negociações que tinha interrompido com os Estados Unidos que visavam a implementação da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia. Para persuadir a África do Sul a aceitar essa resolução, assim como a abandonar as suas preocupações relativamente à presença de tropas cubanas em Angola, os Estados Unidos propuseram a associação da retirada de Angola dos cubanos e dos sul-africanos à independência da Namíbia. Pelo facto de a Assembleia-geral da ONU se ter oposto à associação da independência da Namíbia a “questões estranhas”, os Estados Unidos desenvolveram esforços de negociação fora do âmbito das Nações Unidas<sup>9</sup>.

A nova tentativa de relançamento do processo de paz em Angola, com a intervenção directa e destacada dos Estados Unidos, dificilmente podia deixar de ser equacionada no âmbito do conflito leste-oeste. A ela estava intimamente ligada

---

<sup>8</sup> Resolução 602 do conselho de segurança da ONU, de 25 de Novembro de 1987, paragrafo operativo 2.

<sup>9</sup> United Nations. *The Blue Helmets: A review of United Nations Peace Keeping 2nd* (New York: United Nations Department of Public Information, 1990), p. 335.

a perestroika e o início do degelo da guerra fria, quando Mikael Gorbachev se empenhou na solução pacífica dos conflitos regionais em que era óbvia a influência das superpotências. Os seus reflexos directos no conflito angolano fizeram sentir-se, com Moscovo e Washington a recomendarem a Luanda e à Jamba maior flexibilidade na busca de uma solução pacífica e negociada para o conflito em Angola.

Em Fevereiro de 1988, Chester Crocker na qualidade de Subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos foi a Luanda e encontrou-se com o Ministro das Relações Exteriores de Angola, tendo este aceite o princípio do *linkage*, o qual também foi aceite com algumas condições, por Cuba. No mês seguinte, uma delegação conjunta angolano-cubana encontrou-se com uma outra dos Estados Unidos, e discutiu os termos ou balizas de um acordo quadripartido Angola-Cuba-África do Sul-SWAPO.

Estas negociações tiveram um rápido desenvolvimento no ano de 1988, com encontros em Londres, Brazzaville, Ilha do Sal e novamente Brazzaville. O desanuiamento leste-oeste caracteriza a atmosfera política internacional, pois ao mesmo tempo que realizavam essas cimeiras, verificavam-se encontros entre delegações dos Estados Unidos e da União Soviética, um deles mesmo ao nível Reagan-Gorbachev, onde foram concertadas as posições das superpotências, que depois foram levadas a mesa das reuniões quadripartidas.

Em Agosto de 1988, em Genebra, Angola-Cuba de um lado e África do Sul do outro assinaram um acordo de cessar-fogo. Durante esse processo negocial, recorde-se que a UNITA não participou nem subscreveu o referido acordo, condição imposta pelo governo angolano.

O referido acordo constituiu um conjunto equilibrado de concessões mútuas, que levou a África do Sul a fixar a data exacta da Independência da Namíbia, em conformidade com a Resolução 435/78. Angola e Cuba comprometeram-se a estabelecer um calendário para a retirada faseada e total do contingente militar cubano de Angola. Ainda no acordo, todas as partes assumiram o compromisso de pôr fim às intervenções externas e convidaram os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas para servirem de garantes dos Acordos, o que permitiu um certo protagonismo a União Soviética.

Seguiram-se depois várias cimeiras em Brazzaville, verificando-se dificuldades no acerto do calendário para a retirada das tropas cubanas. Estas negociações culminaram à 22 de Dezembro de 1988 com a assinatura do Acordo de Nova Iorque na sede das Nações Unidas, entre Angola, Cuba e África do Sul. Esse acordo, vulgarmente também conhecido por “quadripartido”, conduziu ao fim da intervenção militar Sul-Africana em Angola (com a retirada de 50.000 tropas cubanas do território angolano) e à implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança, sobre a independência da Namíbia<sup>10</sup>.

Na sequência do Acordo de Nova Iorque, as Nações Unidas colocaram uma força de manutenção de paz, denominada Grupo de Assistência Transitória das

<sup>10</sup> Gerald Bender “Washington’s Quest for Enemies in Angola” in Bloomfield, ed, *Regional Conflict and US Policy: Angola and Mozambique* (Algomac, M.I; reference publications, inc 1988), p. 194.

Nações Unidas (UNTAG) para supervisionar as primeiras eleições democráticas na Namíbia e a sua transição para a independência. O acordo criou também condições para o envolvimento das Nações Unidas em Angola, com a criação da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) sob proposta do secretário-geral da ONU, Boutros Ghali para fiscalizar a retirada das forças cubanas<sup>11</sup>.

Logo a seguir à assinatura do Acordo de Nova Iorque os responsáveis americanos, primeiro o presidente George Bush, depois o subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos Herman Cohen, fizeram saber que não deixariam de prosseguir com o seu apoio a UNITA. Os Estados Unidos tinham conseguido alcançar um objectivo antigo, que era o de afastarem a África do Sul do apoio a UNITA, salvando ou “branqueando” esta organização do estigma da dependência do *apartheid*, reforçando o seu próprio apoio a este movimento e colocando-o na sua exclusiva dependência.

Não obstante o facto da Administração Bush ter reiterado pública e categoricamente o seu apoio à UNITA, numa atitude nada consentânea com o novo clima político internacional, as autoridades dos governos de Angola e dos Estados Unidos prosseguiram contactos bilaterais para a definição dos princípios políticos básicos com vista a conclusão de um cessar-fogo que pusesse termo ao conflito armado com a UNITA.

A retirada das forças sul-africanas deu-se num curto prazo, ainda em 1989. A Namíbia alcançou a independência a 21 de Março de 1990 com a vitória da SWAPO nas eleições realizadas em Novembro de 1989 e os últimos cubanos saíram de Angola a 25 de Maio de 1991. O secretário-geral da ONU atribuiu o sucesso dessa missão à cooperação total das partes envolvidas<sup>12</sup>.

O abrandamento da guerra-fria e o conflito leste-oeste tinham trazido a solução para o aspecto mais agudo do conflito regional que afectava Angola na fronteira sul. A sua transferência para a fronteira norte, apesar de um menor grau de ameaça, conferiu um maior protagonismo à República do Zaire e a Mobutu, uma vez que o apoio dos Estados Unidos à UNITA passou a ser feito através deste país vizinho de Angola. Constituiu também uma forma de contribuir para a sobrevivência do regime de Mobutu. Em síntese, apesar da retirada das tropas sul-africanas e cubanas, não se vislumbrava ainda nenhuma solução para o conflito interno angolano.

Assim, em função de várias veleidades entre a UNITA e o MPLA, assinaram-se diversos acordos entre ambas as partes. A 22 de Junho de 1989 a convite de Mobutu, o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA Jonas Savimbi, na presença de dezoito chefes de Estado africanos entre os quais os presidentes Moussa Traoré do Mali; Kenneth Kaunda da Zâmbia; Paul Biya dos Camarões, rei Hassan II do Marrocos; Ibrahim Babangida da Nigéria e Robert Mugabe do

---

<sup>11</sup> UN document: S/20338, de 17 de Dezembro de 1988.

<sup>12</sup> United Nations, *The Blue Helmets*, p. 340.

Zimbabwe e representantes de mais alguns países, assinaram o entendimento de Gbadolite. O mesmo falhou ao não estabelecer os mecanismos e modalidades para a resolução de eventuais violações do cessar-fogo que nunca entrou em vigor<sup>13</sup>.

Fracassada mais esta tentativa, o conflito armado aumentou de intensidade culminando com um forte ataque das FAPLA a região de Mavinga em Dezembro de 1989 e que se prolongou até Janeiro de 1990. Este ataque colocou as FAPLA muito próximo de conquistar Mavinga, o que poderia abrir caminho para a Jamba, quartel-general da UNITA. A verdade é que Savimbi resistiu graças ao apoio dos Estados Unidos, que terão feito mesmo um ultimato ao governo angolano, obrigando-o à paragem da ofensiva. Mas a UNITA também voltou a beneficiar, nesta emergência, do apoio de uma nova intervenção militar da África do Sul, que, assim, violava os compromissos que assumira em Nova Iorque.

Para sair desta nova crise, procuravam-se soluções a nível internacional. A postura aberta do governo angolano a todas as iniciativas susceptíveis de criar condições para o início dos contactos directos com a UNITA permitiu acolher favoravelmente as diligências diplomáticas encetadas pelo primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva, aquando da sua visita a Washington, das quais resultou a primeira ronda de conversações entre o governo e a UNITA, na cidade de Évora, na véspera do “25 de Abril” de 1990.

As primeiras rondas de negociações directas foram mediadas exclusivamente pelo governo português, na pessoa do seu secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso. A partir de Setembro, juntaram-se os Estados Unidos e a Rússia, naquilo que se convencionou chamar “Troika dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola”.

Depois de mais de um ano de negociações sob a égide de Portugal, com um envolvimento muito activo dos Estados Unidos e da Rússia, o governo angolano e a UNITA assinaram e ratificaram o Acordo de Paz de Bicesse a 31 de Maio de 1991<sup>14</sup>.

O comprometimento e o equilíbrio na representação das duas partes na aplicação dos acordos devia ser assegurado através da sua participação paritária em três órgãos, nomeadamente a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), a Comissão Mista de Verificação do Cessar fogo (CMVF) e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas (CCFA), nas quais participariam também os representantes da tróika de observadores<sup>15</sup>.

Em Bicesse, as Nações Unidas foram convidadas a assumir um papel de fiscalização, através de um representante oficial do secretário-geral que poderia, a convite, participar nas reuniões daquela comissão.

Para demonstrar o apoio das Nações Unidas aos acordos de paz, o Conselho de Segurança, sob proposta do secretário-geral da ONU, adoptou a Resolução 969,

<sup>13</sup> Declarações finais feitas no acordo de Gbadolite sobre Angola, de 22 de Junho de 1989.

<sup>14</sup> Os Acordos de Paz de Bicesse foram rubricados em Lisboa pelo Presidente da República Popular de Angola José Eduardo dos Santos e pelo líder da UNITA Jonas Savimbi.

<sup>15</sup> UN document, S/22609, Anexos I-IV.

no dia 30 de Maio de 1991, confiando um novo mandato a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, passando a denominar-se UNAVEM II<sup>16</sup>.

### **2002: O ano da paz final**

Desde Abril de 2001 que as autoridades angolanas tinham declarado oficialmente *a caça ao homem*. João Bernardo de Miranda, na altura ministro das Relações Exteriores de Angola, comentou que Savimbi já não fazia parte dos planos de paz e dos processos de reconciliação nacional. A 23 de Fevereiro de 2002, foi confirmada a morte de Jonas Savimbi por tropas governamentais em cenário de guerra.

Dias antes da morte do líder da UNITA, tinha sido capturado o general Almeida Chiccende, também conhecido por *Búfalo Bill*, o número dois na cadeia militar de comando do Movimento do Galo Negro. Na mesma semana, o general Galiano da Silva e Sousa tinha sido abatido na mesma província do Moxico. Com a morte de Jonas Savimbi, em Lucusse, província do Moxico, Angola enfrentava novos desafios. Durante o conflito tinham morrido mais de 500 mil pessoas e existiam mais de quatro milhões de deslocados.

Apenas alguns dias depois, o presidente angolano deslocou-se aos Estados Unidos, numa visita prevista há já algum tempo. Durante a mesma e face aos recentes acontecimentos, o presidente George W. Bush apelou à paz e à reconciliação nacional de Angola. O presidente angolano respondeu afirmando: “Estamos empenhados em concretizar o cessar-fogo, assim que possível, e em facilitar o retorno à normalidade da situação política em Angola”.

O Presidente angolano deslocou-se a Washington, a convite de Bush, para participar numa mini-cimeira com o Presidente Chissano, de Moçambique, e com o Presidente Mohae, do Botswana. José Eduardo dos Santos conseguiu com esta visita alcançar o seu principal objectivo: demonstrar à Comunidade Internacional que a Administração Bush reconhecia o seu Governo como a autoridade legítima de Angola.

Contudo, a Administração Bush criticou, em conversa particular com o presidente angolano, a corrupção existente em Angola e pressionou Eduardo dos Santos a declarar um cessar-fogo unilateral. Durante as conversações com o presidente Bush, acordaram que iriam cessar as hostilidades contra a UNITA. E contrapartida, e em reconhecimento do esforço do MPLA, Kansteiner<sup>17</sup> iria a Luanda em visita oficial, na semana de 4 de Março.

Depois do seu regresso a Angola, o presidente Bush foi informado de que o Exército angolano preparava uma ofensiva contra a UNITA, no leste do país. Esta atitude foi interpretada como uma quebra do compromisso assumido e, por isso, a visita de Kansteiner foi cancelada. Registou-se, nessa altura, um distanciamento

---

<sup>16</sup> Security Council resolution 696, 30 May 1991.

<sup>17</sup> Walter H. Kansteiner III - foi subsecretario de Estado Norte-Americano para Assuntos Africanos de Junho de 2001 a Novembro de 2003.

nas relações diplomáticas entre os dois países.

No dia 5 de Setembro de 2002, o secretário de Estado norte-americano na altura, Colin Powell, numa visita de quatro horas a Angola, em que se encontrou com o presidente Eduardo dos Santos, e perante a Comissão Conjunta presidida pelas Nações Unidas afirmou: “ quero assegurar-vos de que os Estados Unidos estão prontos para, na medida das nossas possibilidades, assegurar uma reintegração com sucesso”. Segundo Powell, os Estados Unidos continuariam a apoiar a reconstrução de Angola, no pós-guerra.

Em Outubro de 2002, perante o Comité de Relações Externas e o Subcomité dos Assuntos Africanos, Kansteiner declarou: “Colin Powell testemunhou em primeira mão, o compromisso dos angolanos em alcançar a paz e a reconciliação nacionais. (...) Esta Administração entende que devemos aproveitar a oportunidade para transformar Angola. (...) Num centro de estabilidade e de crescimento económico da África Subsariana. (...) Os nossos esforços vão para a prestação da Ajuda Humanitária, para a melhoria da boa governação, para a construção de um sector privado forte”.

No dia 21 de Novembro de 2002, o Governo e a UNITA emitiram um comunicado conjunto, declarando a conclusão, com sucesso, da implementação do Protocolo de Lusaka. Logo depois, as Nações Unidas lançaram um Apelo Consolidado Interagências para Angola no valor de 383 milhões de dólares. Este previa a concretização de 166 projectos. Em Dezembro, através da Resolução 1448, levantaram definitivamente as sanções contra o livre movimento de pessoas afectas a UNITA. As restantes mantiveram-se.

Em Janeiro de 2003, o presidente Eduardo dos Santos nomeou Fernando da Piedade Dias dos Santos, como primeiro-ministro da República de Angola. Há mais de três anos que o cargo se mantinha desocupado.

No dia 8, a UNITA, através do seu secretário para os Assuntos Políticos, Abílio Camalata Numa, declarou que o movimento tomava a responsabilidade pelas vidas perdidas durante a guerra e pedia aos angolanos perdão pelos actos cometidos durante a guerra.

Por outro lado, terminou em Fevereiro de 2003 o Mandato da Missão das Nações Unidas em Angola. Com a conclusão do Protocolo de Lusaka, as Nações Unidas e o Governo Angolano estudaram novas formas de cooperação. O acompanhamento técnico e o apoio financeiro ao processo de reintegração dos soldados da UNITA, bem como a sensibilização dos doadores internacionais para o processo de reconstrução de Angola, foram alguns dos itens mencionados numa carta que o presidente Eduardo dos Santos dirigiu a Kofi Annan.

Apesar dos vários acordos entre o governo e a UNITA, da democratização do país com a eleição em Junho de 2003 de Isaiás Samakuva para presidente da UNITA, bandos errantes atacavam, desordenadamente, um pouco por todo o país. Continuavam também os relatos de violações e maus-tratos de militantes do MPLA aos da UNITA, sobretudo no interior do país.

Em Dezembro de 2003, o presidente Bush incluiu Angola no grupo dos

países africanos que beneficiam de trocas comerciais com os Estados Unidos (AGOA II - African Growth and Opportunity Act). Esta decisão possibilitou a exportação de produtos angolanos para os Estados Unidos no quadro de um regime aduaneiro preferencial. A este propósito, o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleicher, afirmou que a decisão de englobar um determinado país nesta iniciativa estava directamente relacionada com esforços desenvolvidos no sentido da economia de mercado e do Estado de direito.

### **A criação da Sonangol e o papel do petróleo na economia do país**

Entrando no tema central deste artigo, achei muito interessante o estudo feito por um investigador da Universidade de Oxford, no Reino Unido, Ricardo Oliveira. Num estudo profundo e com aspectos deveras positivos para a formação de uma ideia central sobre o que é a Sonangol em muitos aspectos, para a criação da Sonangol, o autor refere que após a independência de Angola da potência colonizadora Portugal, alçado ao poder, o MPLA criou uma Comissão Nacional para a Reestruturação do Sector do Petróleo (doravante, “a Comissão”) sob a responsabilidade de Percy Freudenthal, um empresário angolano branco, cuja família era próxima do líder do MPLA, Agostinho Neto, desde os anos 50. Juntamente com Morais Guerra, um advogado com experiência no sector bancário, Desidério Costa, um engenheiro, e mais alguns especialistas, a missão de Freudenthal era gerir a transição no sector do petróleo da maneira mais suave possível. Oficialmente, a abordagem do MPLA às companhias petrolíferas mantinha-se fiel ao recurso nacionalista dos anos 70: uma declaração deste período alega descaradamente: “Com a inevitável independência de Angola, todas as companhias (petrolíferas) que operam no mar ou no interior serão expulsas do nosso território nacional e todos os seus equipamentos e bens apreendidos” (cit. in *Africa Confidential* 22.11.1974). Mas o êxodo de colonos brancos, a iminente guerra civil e as invasões estrangeiras tornaram óbvio, para o partido dominante, que a produção de petróleo seria, em breve, proeminente, na verdade o único sector gerador de receitas na economia angolana. Por essa razão, teria de ser protegida com cuidado, à parte das tempestades políticas<sup>18</sup>.

A primeira e mais exigente tarefa para a Comissão, foi a de preparar o regresso do principal operador de petróleo, a Gulf Oil, cuja subsidiária, a Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), era responsável pelo maior volume de produção de petróleo em Angola.<sup>19</sup> A Gulf tinha abandonado Angola em Novembro de 1975, quando a guerra chegou. Através de um misto de pressão por parte da Nigéria, do general Obasanjo que ameaçou retaliação contra os interesses da Gulf no rio Niger, caso a Gulf boicotasse o novo Estado, e por outro lado, o reforço da

---

<sup>18</sup> Ricardo Soares de Oliveira, *Business success Angola style-post colonial politics and the rise of Sonangol*, 2007, Cambridge University Press, p. 598.

<sup>19</sup> CABGOC era o principal produtor de petróleo em Angola nos anos 1960 ate ser comprado pela Exxon e incorporada na Bermuda. Não tem publicado relatórios anuais.

garantia de intenções reais de negócio pragmático por parte do lado angolano, a Comissão conseguiu trazer a companhia americana de volta ao novo inimigo dos EUA. Em Março de 1976, a Gulf Oil tinha pago uma extraordinária quantia em *royalties* ao MPLA, reconhecendo o governo legítimo do país, apesar da veemente oposição de Henry Kissinger. Outras companhias activas em Angola como a Petrofina e a Texaco, também foram encorajadas a voltar, através dos seus aparentemente confiáveis interlocutores angolanos. A nacionalização do sector petrolífero foi explicitamente rejeitada.

A excepção a isto foi a companhia petrolífera ANGOL, uma subsidiária da Portuguesa SACOR, que estava, na altura, em processo de nacionalização pelo governo esquerdista de Lisboa (a SACOR foi absorvida pela recentemente estabelecida CNP portuguesa, Petrogal). De acordo com a decisão de expropriar toda a propriedade Portuguesa (Ennes Ferreira 2002), o MPLA assumiu o controlo da empresa. Mas por trás desta aparente decisão radical surge uma transição mais típica de países francófonos conservadores como o Gabão ou a Costa do Marfim ao invés da radical Angola, testemunhada pelo sangue-frio da Comissão. Numa altura em que o governo Português nem sequer tinha reconhecido o MPLA como o governo legítimo de Angola (os portugueses aguardaram com precaução até finais de Fevereiro de 1976, quando os outros dois grupos armados já tinham sido repelidos), membros da Comissão já tinham ido a Lisboa assinar um memorando de compreensão com a SACOR/Petrogal para que, aquando da transição para a CNP Angolana, os empregados da ANGOL (maioritariamente portugueses) pudessem permanecer. De acordo com este consentimento, eles iriam fazer parte do *staff* da nova companhia e os seus anos de trabalho seriam contados como ao serviço da Petrogal, para efeitos de promoções e benefícios de aposentação quando e se decidissem voltar a Lisboa. Muitos simplesmente permanecerem e tornaram-se empregados da Sonangol. Assim que foi feito este acordo, a equipa de fundação moveu-se para o edifício da ANGOL na baixa de Luanda e procedeu à edificação da nova CNP Angolana. “Em nenhuma outra área da economia Angolana houve um grau de continuidade, com ambos, estruturas e pessoas mantidas no seu lugar”, um executivo da Sonangol que começou no início de 1974 na ANGOL referiu. “Veja, durante o colonialismo, invasão estrangeira, Marxismo-Leninismo e capitalismo. Eu não saí do mesmo edifício”.<sup>20</sup>

A Sonangol por si foi criada em Junho de 1976, como a concessionária do petróleo angolano, regulador do sector, e agente de recolha de impostos, e apesar de se ter criado um ministro do Petróleo, era politicamente um peso pluma e nunca rivalizou com a influência da CNP. De acordo com um dos membros fundadores, a visão que ilustrava a nova companhia poderia ser descrita como “flexibilidade, confiabilidade e pragmatismo”. A Sonangol não iria adoptar o planeamento centralizado e as políticas económicas direccionadas para o estado, que moldaram Angola até ao fim da Guerra-fria: a sua “bússola foi a economia

<sup>20</sup> Entrevista feita por Ricardo Oliveira a um ex. Funcionário da Sonangol.

petrolífera internacional, não manias de política doméstica”. Em particular, teve se ser isolada da raça política a favor de “uma partilha dos despojos”, a mentalidade anti-corporativa e a negligência pela regra da lei, que em breve iria prevalecer em todos os outros sectores da economia.<sup>21</sup> Os executivos da Sonangol também compreenderam que com um governo apoiado pelos soviéticos e os cubanos e a hostilidade em relação ao EUA, eles teriam de sair do seu caminho para parecerem confiáveis aos olhos dos investidores da Western oil. Finalmente, a Sonangol não definiu a sua missão como extremamente ambiciosa, apesar de referir ocasionalmente o seu objectivo de criar uma companhia petrolífera “completamente integrada”. Bastante conscientes da complexidade do sector petrolífero e da escassez de recursos humanos em Angola, a prioridade da Sonangol tornou-se o estabelecimento de negociações contratuais com companhias petrolíferas, que ficariam responsáveis pela exploração e produção. De modo a melhorar a sua performance negocial, a Sonangol tinha compromissos próximos com os melhores peritos em petróleo, advogados e firmas de consultadoria disponíveis, uma abordagem cedo alargada a qualquer área técnica da companhia que não fosse autoconfiante.

Uma importante parceria estabelecida foi com a CNP Algeriana, SONATRACH. Em Maio de 1976, uma delegação de alto nível chega a Luanda, com uma maneira de ajudar o novo governo a criar a Sonangol. Os peritos Algerinos tornaram-se conselheiros para todos os fins para a Sonangol em “chegar a um acordo com o lado prático das coisas”,<sup>22</sup> e ajudaram a formar um considerável número de pessoal Angolano da primeira geração. A Italiana ENI também desempenhou um papel importante, na formação técnica de muitos dos trabalhadores da Sonangol, através do seu instituto em Milão.

Em adição à SONATRACH, outra fonte surpreendente de aprendizagem por parte da Sonangol foi a Arthur D. Little, a notável firma de consultadoria, de Cambridge, Massachusetts. Arthur D. Little tinha sido um muito apreciado auditor do sector petrolífero, para o governo colonial de Angola, e estava interessado na continuação do seu envolvimento com o país, apesar do não reconhecimento americano do seu novo governo marxista. O presidente Neto questionou a Comissão acerca da manutenção destes conselheiros “imperialistas”. Mas ele foi assegurado que eram de confiança, porque sabia que os Argelinos (que também trabalharam perto de Arthur D. Little) falavam positivamente sobre eles e assim permitiu-lhes ficar.<sup>23</sup>

Como poderiam estes homens conseguir criar uma companhia, que não só desrespeitava grande parte do conhecimento económico deste período, pelo menos no campo socialista, mas também estava ligada às empresas petrolíferas e de consultadoria americanas, e durante todo este tempo exercia um papel de *pivot*

---

<sup>21</sup> Entrevista feita por Ricardo Oliveira a um funcionário sénior da Sonangol a 24/01/2004.

<sup>22</sup> Entrevista feita por Ricardo Oliveira a um técnico da Sonangol que afirmou serem frequentes idas semanais a Argélia na altura dos “primeiros passos da Sonangol”. Lisboa 5/9/2006.

<sup>23</sup> Entrevista feita por Ricardo Oliveira a um ex funcionário da Sonangol.

na recente economia pós-colonial angolana? Vários factores contribuíram para isto. Para começar, estava relacionado com os indivíduos em questão. As figuras-chave na equipa principal da Sonangol estavam bem conectadas a elementos do MPLA confidentes com o presidente Neto. Eles partilhavam o mesmo pano de fundo social dos altos membros do partido, o excessivamente pequeno mundo antigo colonial, baseado em Luanda, maioritariamente composto por angolanos de raça mista educados. Neste confinado círculo social, muitos actores com alta influência no governo, no partido e na Sonangol, eram relacionados por laços familiares ou de amizade. Não interessava se as suas visões eram as mais heterodoxas, a sua lealdade nunca estava em causa, um factor-chave nos oficiais da Sonangol até ao presente. Eles eram também respeitados como tecnocratas, num tempo em que o partido possuía muito poucos elementos com educação universitária nos seus quadros. E mais importante, no entanto, eles gostavam de ter um forte apoio político no seu projecto. Havia uma percepção generalizada que o sector petrolífero era um assunto de vida ou de morte, assegurando a viabilidade por parte do Estado, do MPLA e pagando os seus protectores cubanos. Qualquer que fosse o estilo de gestão, se permitisse um fluxo constante de recursos, seria aceite. O economista angolano Manuel Ennes Ferreira<sup>24</sup> vê este facto, como consequência do pensamento económico do líder do MPLA, para o qual o sector petrolífero era explicitamente excluído do domínio da criação de política socialista, e feito, na realidade, como modo de financiar as suas loucuras, bem como o esforço de guerra<sup>25</sup>.

O período marxista do MPLA que iria durar até ao final da Guerra-Fria, não era uma mero salvamento do sector petrolífero consequente do ponto mais baixo do conflito 1975-1976. Em adição à criação do enquadramento legal, criado para o investimento em petróleo em Angola<sup>26</sup> - incluindo a propriedade por parte do Estado angolano de todos os recursos hidrocarbonetos - a Sonangol e os seus parceiros estrangeiros conseguiram restabelecer e ultrapassar em 1983 os níveis de produção de petróleo do fim do período colonial. De modo a eliminar "possíveis agentes e intermediários no processo de venda" a Sonangol criou a Sonangol Limited, um escritório com sede em Londres, responsável pela negociação directa da quota de petróleo de Angola (estimado 40% do total), e a primeira de várias subsidiárias da Sonangol para a sua expansão pelo globo.<sup>27</sup> Na sua primeira década de operações, a Sonangol também conseguiu diversificar o número de investidores de actividades *upstream* estrangeiros em Angola

<sup>24</sup> Manuel Ennes Ferreira In: *Realeconomie e realpolitik* nos recursos naturais em Angola, IPRI, Lisboa, Junho de 2005, p. 75.

<sup>25</sup> Ricardo Soares de Oliveira *Business success Angola style-post colonial politics and the rise of Sonangol*, 2007, Cambridge University Press, p. 601.

<sup>26</sup> Lei n.º 13/78. Lei das actividades Petrolíferas. A mesma foi substituída pela nova lei do petróleo, Lei 10/04.

<sup>27</sup> ([http://www.sonangol.co.uk/limitedMissao\\_en.shtml](http://www.sonangol.co.uk/limitedMissao_en.shtml) visitado em 28.10.2006). Nos primeiros tempos, este era um dos poucos locais aonde se poderia ter alguma informação digital sobre alguns negócios feitos pela Sonangol com algumas empresas europeias e mundiais.

(primeiramente através da aquisição do bloco 3 por parte da Elf-Aquitaine, em 1979), apesar de grande parte da produção permanecer com a CABGOC, que foi comprada pela Chevron, em 1984. Não que esta dependência numa companhia constituísse um fardo: a Gulf e então a Chevron (com as suas operações protegidas dos EUA-apoiados pelos rebeldes da UNITA por tropas cubanas e armamento soviético) provaram ser aliados confiáveis durante 18 anos de inimizade por parte dos EUA. De acordo com a impressão do Golfo de 1979 acerca do governo de Angola como sendo capaz de “entender a diferença entre uma multinacional e o seu governo de origem” ter sido publicamente veiculada, a hostilidade da administração Reagan não alterou a confiança no seu compromisso com Angola.

A posse de Freudenthal acabou apenas três anos depois da criação da Sonangol, parcialmente, segundo fontes do MPLA, devido ao facto de ele ser branco, sendo a raça, na altura, um importante pré-requisito, num partido onde indivíduos de raça mista e brancos tinham um poder desproporcionado. Não era completamente óbvio que a companhia seria gerida da mesma maneira: o segundo CEO da Sonangol, Hermínio Escórcio, era visto como ousado e ostentativo, e conseguiu a sua posição por ser membro do Partido e através da boa relação com o novo presidente Eduardo dos Santos, não tendo nenhuma apetência particular para a gestão ou por ser um especialista no sector petrolífero. Mas a excelente equipa técnica continuou, alargada por novos especialistas legais, engenheiros, geólogos e económicos, provenientes das muitas parcerias de educação, e Escórcio foi sempre respeitável em relação a estes, nunca adulterando a sua responsabilidade. Mais importante que isto, nunca houve nenhuma tentativa por parte de Escórcio ou qualquer outra pessoa para cinzelar para fora um círculo e distribuir patrocínio com base no dinheiro do petróleo: a Sonangol estava sob um controlo político por parte da presidência angolana durante este período, funcionando como um instrumento fiável para os seus interesses. A tendência foi reforçada durante a longa permanência de Joaquim David (1989-99), um respeitado quadro pelos EUA, com formação feita no Reino Unido em engenharia petrolífera.

Nos finais dos anos 80, uma claramente surpreendida equipa do Banco Mundial relatou “a escassez de mão-de-obra formada e capaz em Angola”, mas disse então que o sector do petróleo era o menos afectado pela falta de especialistas técnicos e de gestão. “Até agora, a alta e média administração da Sonangol tem sido preenchida por pessoal comparativamente experiente e competente... A Sonangol usou (também) de modo eficaz e bastante vantajoso consultores externos para completar as suas capacidades em todos os aspectos das suas actividades. “ Este relatório concluiu que “as políticas governamentais, de modo geral, no sector petrolífero, foram esclarecidas e portanto merecidamente alvo de sucesso<sup>28</sup>”.

---

<sup>28</sup> World Bank 1989: viii-x, 16.

## As ramificações da Sonangol

Para explicar as várias facetas que a Sonangol possui mais, nomeadamente a nível de expansão do seu capital a nível interno e externo, o mesmo autor salienta que quando o MPLA abandonou a vestimenta marxista, no princípio dos anos 90, e a elite predominante se converteu ao capitalismo de compadrio (ver Ennes Ferreira, 1995), a Sonangol era a entidade doméstica líder na economia política de Angola. Este papel e o sector petrolífero que o sustenta, progredido e devidamente separado, numa trajectória ascendente não afectada pela tentativa falhada de democracia, de 1992, e o regresso da UNITA a uma guerra civil que iria matar centenas de milhares em apenas dois anos e que continuaria intermitente por mais uma década. Por exemplo, a ocupação rebelde de cerca de 80% do território de Angola em 1993 não prejudicou a produção petrolífera da Sonangol, predominante no alto mar. (Dito isto, a Sonangol desempenhou um papel absolutamente vital para o governo, na realização do esforço de guerra, através da aquisição de armamento.)

Ao invés, os anos 90 foram caracterizados pelo aumento da diversificação do investimento e o interesse crescente nas águas profundas e ultra-profundas, que novas tecnologias, na altura, tornavam acessíveis pela primeira vez. Em 1996 a Elf fez a primeira descoberta de águas ultra-profundas em Angola, o campo Girassol, e muitas surgiram pouco depois. Angola rapidamente se tornou o *hotspot* para companhias de todo o mundo, incluindo a British Petroleum, a Royal Dutsdr/Shell, a ExxonMobil, a Statoil, a Nordsk Hydro, a Petrobás, a Marathon, as chinesas CNOOC e a Sinopec e uma miríade de outras firmas de todas as formas e tamanhos, todas propositadamente colocadas no “tabuleiro” Angolano pela Sonangol.<sup>29</sup> De acordo com a International Energy Agency (2006:84), o nível de investimento resultado está a par de apenas alguns produtores de petróleo de topo mundial: apenas entre 2003 e 2008, é estimado que entre 17 biliões de dólares e 23 biliões de dólares de Investimento Directo Internacional (FDI – Foreign Direct Investment) foram introduzidos ao sector petrolífero Angolano.

Como instituição pivot doméstica no sector, que ganha mais de 90% das receitas do seu governo, a Sonangol tem ao seu dispor meios financeiro e recursos humanos que nenhum outro ramo da administração pode rivalizar. O papel da Sonangol na vida pública Angolana foi posteriormente consolidada pela sua reestruturação, em 1991, numa holding, a Sonangol EP ou o Grupo Sonangol, contendo várias subsidiárias. Que adquiriu assim a presente forma: uma constelação de interesses de negócio mundiais que pode ser chamado de “Universo” Sonangol.<sup>30</sup> O que se segue é uma lista não exaustiva das suas actividades.

<sup>29</sup> Ricardo Soares de Oliveira refere que o actual CEO da Sonangol (Manuel Vicente apenas o quarto em trinta anos), comentou que seria positivo para Angola atrair pequenas e médias empresas em vez de trazer grandes multinacionais. Ver Ennes Ferreira in: *Realeconomie e realpolitik* nos recursos naturais em Angola, IPRI, Lisboa, Junho de 2005, p. 81.

<sup>30</sup> Universo é uma publicação da Sonangol que faz uma abordagem sobre todas as matérias inerentes ao marketing e o franchising dos produtos da companhia. Pude fazer uma pesquisa nestas publicações na Sonangol Houston nos Estados Unidos da América a quando das pesquisas para esta dissertação.

O Grupo Sonangol emprega directamente um número estimado de 5.000 pessoas<sup>31</sup> e contém várias subsidiárias principais,<sup>32</sup> que são alvo de “tratamento preferencial... na procura de bens e serviços para companhias petrolíferas operando em Angola” (Alvesson et al. 2003:82). Estas são a Sonangol Pesquisa e Produção (actividades upstream); Sonangol Distribuidora (actividades downstream, com filiais na República Democrática do Congo, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe); Sonangol Logística; Essa, uma empresa que providencia formação profissional para a indústria petrolífera; SonAir, uma companhia aérea que serve a indústria petrolífera, que tem voos de Houston, Texas para Luanda; Mercury, um grupo de telecomunicações; Sonaship e a Sonangol Shipping, dois fornecedores de transportes marítimos; AAA, uma companhia de seguros, que fornece “a gestão de risco para a indústria petrolífera, corretagem de seguros e gestão de fundos de pensões”; Sonangol USA, Sonangol Limited (Reino Unido) e a Sonasia (Singapura), unidades de marketing e comercialização; e a China Sonangol International Holding, baseada em Honk Hong, que em Novembro de 2004 se juntou a uma oferta Argentina-Chinesa para investir até 5 biliões de dólares numa exploração petrolífera na Argentina (*Miami Herald* 23.11.2004).

Fazendo parte de uma campanha angolanizadora, a Sonangol também estabeleceu muitos empreendimentos conjuntos com companhias estrangeiras (alguns estimam que sejam cerca de 60 mas não há nenhuma figura exacta disponível). *Joint ventures* de alto perfil incluem a Sonangol-Sinopec International (SSI), que recentemente pagou um valor recorde de 2,2 biliões de dólares pelo controlo de 40% de acções em partes dos blocos petrolíferos 17 e 18 no alto mar (Africa Confidential 7.7.2006); Sonangol SGPS, uma empresa de serviços de perfuração; Sonasing, uma empresa de serviços para embalagem e armazenamento de crude; Wapo Angola, um prestador de serviços para a indústria petrolífera; Technip Angola; Petromar; Sonamet; Sonansurf; e a Sonamer, companhias de serviços petrolíferos; AngloFlex, um fabricante de umbilicais e tubagens para sistemas de produção de petróleo e gás debaixo de água; o Banco Central de Investimento, um banco; e muitos outros. Mais recentemente, a condução do investimento da Sonangol chegou a sectores mais afastados do seu *core business*, e agora inclui a propriedade e gestão de hoteleira, e a construção de imóveis de luxo. Estas actividades são ligadas por outros papéis que a Sonangol desempenha. Em adição a um bem-dotado prémio literário bianual e centenas de bolsas de estudo para as crianças dos trabalhadores (incluindo ensino secundário em Portugal e formação em Língua Inglesa na Universidade de Indiana),<sup>33</sup> a companhia tem sido um grande patrocinador de actividades culturais em Luanda e o principal *sponsor* de duas equipas de futebol, o Petro-Atlético de Luanda e o Atlético de Namibe. Em

---

<sup>31</sup> Para Ricardo Soares de Oliveira as ultimas estimativas apontavam para um número de 20.000 trabalhadores incluindo alguns em empresas estrangeiras.

<sup>32</sup> A maior parte deste capítulo está toda detalhada no sítio oficial da companhia em [www.sonangol.co.ao](http://www.sonangol.co.ao) acesso aos 12 de Fevereiro de 2010.

<sup>33</sup> <http://www.indiana.edu/~ird/cieda/sonangol.htm> acesso aos 14 de Fevereiro de 2010.

2007, a Sonangol foi o principal patrocinador do Pavilhão Africano (na realidade, a colecção privada de um colecionador de Luanda) na Bienal de Veneza, um evento de arte contemporânea.

O nome Sonangol é altamente respeitado entre os seus homólogos Africanos: apenas nos passados cinco anos equipas de conselheiros da Sonangol têm sido enviadas para a Guiné Equatorial, Nigéria, Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe e o Gabão, enquanto a assistência da Sonangol e o exemplo da Sonangol de modo geral têm sido cruciais no estabelecimento da Congolesa de Brazzaville, SNPC. Apesar do criticismo da sociedade civil internacional no que se refere à questão da transparência (aprofundado na próxima secção), a maioria dos bancos e companhias petrolíferas ocidentais falam muito bem da Sonangol e reportam interações sem dificuldade com a companhia. Na sua perspectiva, competência, previsibilidade e uma medida de confiança mútua fazem parte, há muito tempo, da opacidade da Sonangol. Um director da Standard Chartered Bank, por exemplo, elogiou a “excelente reputação e registo histórico da Sonangol” aquando do maior empréstimo sindicado de sempre garantido com petróleo, em 2005. Um executivo de uma companhia petrolífera referiu-se ao “montante de confiança único criado pelo uso, por parte da Sonangol, de virtualmente, a mesma equipa durante vinte anos”. Um executivo de topo de uma empresa europeia com décadas de envolvimento com a Sonangol não hesitou em dizer “a Sonangol é o milagre angolano”.<sup>34</sup>

Problemas que aparecem entre as companhias petrolíferas e a Sonangol estão relacionados com a assertividade do Grupo. Recentes questões contenciosas incluem revisões da Lei Petrolífera Angolana para aumentar o conteúdo local, os objectivos da Sonangol de abrandar os seus desenvolvimentos, acusações feitas por companhias devido a “opções técnicas excessivamente dispendiosas”, e exigências para bónus de assinaturas cada vez mais substanciais. Ironicamente, estes conflitos ocasionais são também uma marca da negociação difícil e relativa competência técnica que põe a Sonangol numa posição mais equivalente a operadores estrangeiros, mais que qualquer outra CNP na região do Golfo da Guiné.

Andando ao lado da boa reputação da companhia, o actual CEO, Manuel Vicente, até falou em criar uma empresa de negociação pública para escoamento nas bolsas de valores da África do Sul e Nova Iorque em 2010.<sup>35</sup> O Grupo certamente faz grandes esforços no sentido de vender a sua imagem “moderna”, como se pode aferir através das suas muitas lustrosas publicações, *road-shows* cuidadosamente limados, despesas pródigas em lobistas de capitais ocidentais<sup>36</sup>, e excertos de referências à responsabilidade social das empresas e outros relacionados com

<sup>34</sup> Entrevista de Ricardo Soares de Oliveira a um executivo de uma empresa petrolífera em Cascais Portugal aos 15/09/2005.

<sup>35</sup> Entrevista de Manuel Vicente à rádio Voz de América aos 24/02/2006.

<sup>36</sup> Um destes lobistas era Theodore Giletti, antigo director de vendas do Standard Chartered Bank com dez anos de experiência e com a Sonangol como representante permanente em Washington DC. Matéria disponível em “Sonangol new masters”.

negócios.<sup>37</sup> As tarefas, interesses e pegada da Sonangol em Angola, na viragem do século, foram, já na altura, excessivamente ambiciosos. Mas com o final do conflito em 2002, com a mudança gradual da economia de guerra de Angola para uma de paz, com o alto preço do petróleo e o incremento da produção, a missão prevista para a Sonangol foi ainda mais alargada. Deixou de ser um mero negociador capaz dos melhores contratos petrolíferos, o Grupo é agora visto como “o motor” e “promotor do desenvolvimento Nacional” (Guerra 2003:23): o parceiro maioritário em ainda mais desenvolvimentos conjuntos com companhias estrangeiras, nos quais, pela primeira vez, uma nova classe empresarial angolana quer participar. Companhias angolanas como a PRODOIL, a ESAP, a Poliedro, a Majova e a SOMOIL foram aceites no sector petrolífero, com a esperança de que, dentro de uma década, companhias angolanas poderão actuar como parceiros de pleno direito na produção de petróleo.<sup>38</sup> A 27 de Setembro de 2010, o presidente angolano José Eduardo dos Santos anunciou em Luanda que a Sonangol será a promotora das novas centralidades que vão nascer pelo país. As novas centralidades do Zango, Kilamba Kiaxi, e Cacuaco em Luanda serão transferidas do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) para a empresa Sonangol Imobiliária.

O chefe do Executivo, que falava durante uma visita a nova centralidade do Kilamba Kiaxi, informou que a imobiliária da multinacional angolana vai cuidar de todas as matérias relacionadas com o desenvolvimento dos projectos e com a venda dos espaços e edifícios das centralidades projectadas para Cabinda, Kuando-Kubango e Dundo. O chefe do Executivo explicou que esta decisão insere-se num “conjunto de medidas que tem a ver com a transferência de todas as responsabilidades” que cabiam ao GRN no quadro da execução de vários projectos do Estado referentes a reabilitação de infra-estruturas e edificação de novas centralidades.

A Sonangol fica igualmente com a responsabilidade da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Luanda-Bengo. Para este projecto, o presidente da República defendeu uma “articulação com a centralidade de Kilamba-Kiaxi” e disse esperar que, nas cerca de 70 unidades fabris instaladas na ZEE, pelo menos 14 mil pessoas possam conseguir postos de trabalho.

Sem sombra de dúvidas que esta é mais uma empreitada que visa a sedimentar a Sonangol como a maior companhia angolana, expandindo-a para uma área de negócios que muito cresce, que é a imobiliária. Estas notícias complementam a expansão para outros sectores como foi o caso da *joint-venture* firmada em 2005 entre a petrolífera angolana e o grupo armador suíço Stena do grupo Stena Sphere, criando a STENA SONANGOL, representando o grupo uma importante frota de navios petroleiros Suezmax (tipo de navio petroleiros com a capacidade de atravessar o canal de Suez e com uma grande capacidade a bordo que ultrapassa os 1,1 milhões de barris).

---

<sup>37</sup> Ver João Rosa Santos, ‘Responsabilidade Social das Empresas’, *Revista Sonangol* 11, Julho de 2005, e outros artigos em *Revista Sonangol* e *Sonangol Universo*.

<sup>38</sup> Ricardo Soares de Oliveira, *Business success Angola style-post colonial politics and the rise of Sonangol*, 2007, Cambridge University, Press, p. 606.

Segundo a agência noticiosa Nicomex Notícias, a 2 de Fevereiro de 2010, a STENA SONANGOL inaugurava um escritório no edifício da ABL no centro do Rio de Janeiro. A *joint-venture* entre a petrolífera angolana e a armadora suíça, quer ficar perto da Petrobrás e dos projectos do pré-sal. Actualmente, quatro dos seus 14 navios transportam petróleo da petrolífera brasileira, líder mundial na exploração do pré-sal, com uma capitalização feita na BOVESPA de mais de 50 biliões de Euros.

### **Os mega-negócios da Sonangol em Portugal**

É incontornável a estratégia de internacionalização da petrolífera angolana, que está decidida a usar a sua cotação accionista em Portugal para se expandir no mercado da União Europeia.

Manuel Vicente, presidente do conselho da administração da Sonangol, afirmou bem recentemente que os investimentos da empresa em Portugal são para continuar, com os pés bem assentes na Galp Energia, mas também com olhos atentos em relação à banca portuguesa.

A parceria com a Galp Energia, onde tem uma participação de 45 por cento, através da *holding* Amorim Energia, detentora por sua vez de 33,34 por cento na petrolífera portuguesa, está de vento em popa. Nem mesmo o empolgamento dado pela imprensa às recentes declarações de Manuel Vicente, segundo o qual «a Sonangol é patrão» e vai determinar «as regras do jogo» na Enacol cabo-verdiana, conseguiu abalar as «boas relações» entre os accionistas, dos quais também faz parte a filha do presidente angolano, Isabel dos Santos<sup>39</sup>.

Actualmente, a participação da Sonangol na Enacol é de 36,7 por cento, enquanto a Galp, através de compras na bolsa, detém 37,5 por cento. Este cenário difere daquele de Abril de 2007, aquando da privatização da empresa, em que ambos os accionistas detinham participações iguais de 32,5 por cento. Na verdade, o que aconteceu, segundo explicações da Galp, é que o acordo para-social que existia, prévio à colocação na bolsa da Enacol, terminou com a saída do Governo cabo-verdiano do capital social da empresa.

O certo é que aquelas declarações do presidente da Sonangol não foram bem recebidas em Lisboa, mas a convivência, pelas afirmações de Américo Amorim, tem sido fácil. São relações que ele diz serem «muito qualificadas», protagonizadas pela amizade entre o patrão do Grupo Amorim e Manuel Vicente.

O próprio presidente executivo da Galp Energia, Manuel Ferreira de Oliveira, numa conferência de imprensa para a apresentação dos resultados de 2007, desvalorizou a existência de qualquer polémica por causa de alegadas disputas para o controlo da empresa cabo-verdiana. «Continuamos a gerir a empresa em parceria com a Sonangol com a mesma harmonia e com mesmo entendimento que tivemos antes», afirmou.

---

<sup>39</sup> Revista electrónica *África* 21 de Março de 2008.

Manuel Vicente, no dizer de Ferreira de Oliveira, «é um distinto membro do Conselho de Administração», mas também «rigoroso nas suas análises e ambicioso em relação àquilo que gostaria que a Galp fosse no futuro». Já Manuel Vicente tinha explicado em Luanda que não havia entre as duas empresas parceiras qualquer luta pelo poder por causa da Enacol.

Apesar da participação indirecta, a influência da empresa angolana na Galp é considerada actualmente tão determinante como a da italiana ENI, que também possui 33,34 por cento do capital accionista, igualmente com fortes interesses em Angola na área petrolífera<sup>40</sup>. Pedro Morais, analista financeiro do Espírito Santo Investment, considera que as declarações do presidente da Sonangol demonstram que, acima de tudo, «há um compromisso muito forte» da petrolífera angolana em investir na Galp Energia. Com a participação que tem na empresa, a Sonangol goza do direito de influenciar decisões futuras relacionadas com a gestão, beneficiando para isso do facto de Angola se ter tornado nos últimos anos um país cada vez mais importante na produção de petróleo. Tal influência, na opinião daquele analista, não é excessiva.

Pode ser que, na Assembleia-Geral de 5 de Maio 2007, essa influência se fez sentir, por exemplo, na nomeação de novos administradores. Isto quer dizer que com o fim do mandato do actual conselho, a Sonangol poderá estar interessada na nomeação de um maior número de representantes na futura estrutura administrativa, tal como tentará fazer a ENI.

O acordo entre o Estado português, a ENI e a Amorim Energia, que permite o controlo da Galp Energia, termina no final de 2010, caso não seja renovado. Durante este período, nenhuma das empresas pode fazer mais aumentos de capital. No entanto, até lá, admitindo haver algum conflito de interesses, é de questionar se qualquer das três partes poderá no futuro tentar ser accionista com mais de 50 por cento. Segundo Pedro Morais, «tanto a ENI como a Sonangol gostariam de ter uma participação maior na Galp Energia», mas para já «é um pouco prematuro estar a afirmar qual das duas vai conseguir eventualmente ganhar esse poder».

Para lá das afinidades linguísticas a exemplo do Brasil, Angola é importante para os investimentos da Galp. Mas também não há dúvidas que Portugal faz parte da ofensiva de internacionalização da Sonangol. Com a subida do preço de petróleo e as novas descobertas petrolíferas no país, a empresa tem vindo a ganhar nos últimos quatro anos uma situação financeira invejável e capacidade para investir no estrangeiro. Por várias outras razões – entre as quais devido à proximidade cultural e histórica –, Pedro Morais vê com bons olhos a estratégia da Sonangol, que considera ser um importante operador a nível mundial, na área do petróleo. Por isso, «Portugal é dos países onde a Sonangol mais facilmente investirá numa primeira fase, não só por afinidade linguística».

Além da participação que tem na Galp Energia, a petrolífera angolana está presente como accionista do Millennium BCP, admitindo-se que no futuro, entre

---

<sup>40</sup> Idem.

outros planos, possa eventualmente comprar acções da EDP (Energias de Portugal), se as condições do mercado o permitirem. No Millennium BCP, a Sonangol propôs um acordo que lhe permitirá adquirir 49,99 por cento do Millennium Angola.

Em qualquer uma destas empresas, na perspectiva do analista, a Sonangol pode ser um accionista de referência.

Tanto é que, por serem parceiros idóneos, a Sonangol e a Galp estão na lista de preferência do Executivo de São Tomé e Príncipe, que se manifestou interessado no seu *know-how* para projectos de prospecção e exploração petrolífera no arquipélago, em parceria com a Petrobras.

São de recordar as recentes declarações do presidente da ANIP, Aguinaldo Jaime, que gostaria de ver mais empresas angolanas seguirem o exemplo da Sonangol, o que por enquanto é uma excepção. É um facto que o sector empresarial angolano está ainda na fase de se impor e são poucas as empresas que têm a capacidade financeira da petrolífera angolana para entrar no capital de parceiros lusos. Para Aguinaldo Jaime, isso contribuiria para a internacionalização da economia angolana e é o próprio que reconhece que Portugal pode servir de porta de entrada de empresas angolanas para o mercado europeu.

Entretanto, a Sonangol conseguiu um negócio importantíssimo em solo português. A Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco Santander Totta (BST) anunciaram a 22 de Setembro de 2008 que se juntaram à Sonangol e a outros investidores angolanos para desenvolverem o Banco Totta Angola (BTA), que se passará a chamar Banco Caixa Geral Totta Angola (BCGTA)<sup>41</sup>.

O negócio divulgado pela CGD e o Santander prevê um entendimento para as duas instituições, em conjunto, criarem uma *holding* (sociedade gestora de participações sociais) que, numa primeira fase, será detida em partes iguais pelas duas instituições, podendo, posteriormente, a CGD adquirir mais um por cento da mesma e, assim, assumir o seu controlo, com 51 por cento do capital.

Assim, numa primeira fase, o Banco Santander (que actualmente controla 100 por cento do BTA) entrará com 51 por cento do capital do BTA e a Caixa com o equivalente em dinheiro, ficando as duas instituições com partes iguais. Em simultâneo, o Santander venderá os remanescentes 49 por cento do capital do BTA a investidores angolanos, entre os quais a Sonangol, conforme é exigido pelas autoridades angolanas. Ou seja, a *holding* detida nesta fase em partes iguais pelo Santander e pela Caixa controlará 51 por cento do capital do BTA e os investidores angolanos 49 por cento.

As partes acordaram ainda que o presidente executivo desta nova instituição será designado pela CGD, ficando a Sonangol (que deverá deter 25 por cento do capital do BTA) com a vice-presidência.

Através das formas jurídicas adequadas de direito angolano, a futura instituição criará entidades de investimento, que irão apoiar e participar em projectos de desenvolvimento da economia angolana. Segundo as mesmas fontes, será

<sup>41</sup> Jornal *Público* - 23 de Setembro de 2008.

dada preferência a iniciativas promovidas por entidades empresariais angolanas, portuguesas ou parcerias luso-angolanas. O executivo angolano pretende que, no desenvolvimento destes projectos no curto/médio prazo, seja dada especial atenção à geração, transporte e distribuição de electricidade, às telecomunicações, bem como a projectos de interesse social. Entre estes está a construção de estabelecimentos de ensino e hospitais, infra-estruturas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias, ferroviárias e de abastecimento de água. Os sectores siderúrgicos e cimenteiros são igualmente apontados como prioritários<sup>42</sup>.

Para legitimar a criação do referido banco e concretização do investimento, o Conselho de Ministros da República de Angola aprovou a 16 de Dezembro de 2009 um Memorando de Entendimento entre os Governos de Angola e Portugal com vista à constituição de um banco de investimento em Angola, numa parceria entre a Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos<sup>43</sup>. Um comunicado de imprensa distribuído no final da reunião, que foi dirigida pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, salienta que o capital social da futura instituição financeira, com sede em Angola e filial em Portugal, será detida em 50% por cada uma das partes. O documento destaca que o memorando permite que durante o desenvolvimento da parceria, parte do capital da filial, até 49%, possa vir a ser dispersa por investidores públicos e privados portugueses e angolanos.

Assim sendo, dotada de um capital inicial de mil milhões de dólares (800 milhões de euros), detido em partes iguais, a nova entidade destina-se ao fomento do desenvolvimento angolano através da participação de empresários nacionais e angolanos em projectos estruturantes em vários sectores da economia.

Mantendo o grande interesse de investir em Portugal, a 28 de Setembro de 2010 o sítio de notícias Angonoticias publicava que segundo, uma nota enviada a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em Lisboa, “a Sonangol aumentou a sua participação qualificada no Banco Comercial Português (BCP), passando a deter 477.333.98 acções do BCP representativas de 10,168 por cento do capital e 10,168 por cento dos direitos de voto”.

Assim sendo, a Sonangol aumenta o seu capital social deste banco importantíssimo do sistema monetário europeu, do qual já era o maior accionista detendo já a 31 de Dezembro de 2009 469.000.000 acções do BCP correspondendo a 9,990 por cento do capital do banco.

Entretanto, com as novas movimentações a nível interno no concernente à reconstrução do país como foi citado em sessões anteriores, a Sonangol substituiu o Gabinete de Reconstrução Nacional na construção das novas centralidades urbanas pelo país. Esta mudança irá beneficiar a Mota-Engil, gigante português da construção civil que, segundo a edição da bolsa do *Diário de Notícias* a 24 de Setembro de 2010, assinou em Luanda a criação de um consórcio em Angola denominado

---

<sup>42</sup> *Diário de Notícias* - 9 de Março de 2009.

<sup>43</sup> *Exame Expresso* - 16 de Dezembro de 2009.

Mota-Engil Angola. A nova sociedade será detida em 51% pela Mota-Engil e em 49% por um consórcio angolano: Sonangol, Banco Privado Atlântico, Finicapital e Globalpactum. A constituição da empresa devera ser formalizada já em Outubro do corrente ano possibilitando assim a intervenção da empresa na reconstrução nacional, equilibrando a qualidade das obras feitas pelas construtoras chinesas que tem sido posta em causa após alguns “flops” como exemplo prático o caso do hospital central de Luanda, unidade que não completou 3 anos de existência e ruuiu.

### **Os caminhos da cooperação económica China- Angola**

Por ser recente o aprofundamento do relacionamento China-Angola, assistimos aos poucos aos seus efeitos negativos e positivos. Para já, a primeira observação a fazer corresponde à intensidade da cooperação económica e comercial entre ambos, espelhada na dinâmica a nível de construção civil. Assistimos à assinatura de diversos contratos comerciais, responsáveis pelas inúmeras obras que têm lugar em Angola. O resultado dessas obras tem sido lentamente conhecido, de tal forma que algumas se têm tornado polémicas. Exemplo disso foi a construção do Hospital Provincial de Luanda, inaugurado em 2006 pelo Presidente da República e que traduz a má qualidade das obras realizadas pelos chineses, uma vez que o mesmo foi inaugurado para logo de seguida ser encerrado para melhoramentos. O mesmo hospital que a 7 de Junho do presente ano foi encerrado por risco iminente de derrocada.

O estabelecimento, que custou 8 milhões de dólares (6,3 milhões de euros), foi construído pela China Overseas Engineering Group Company (COVEC), no âmbito das linhas de crédito supra citadas. O MPLA, partido no poder, enviou para o local a deputada Ariana Afonso, a qual declarou à RNA que “uma estrutura construída tão recentemente não deveria apresentar este tipo de problema, que coloca em risco a vida dos doentes. O governo provincial de Luanda deve procurar os responsáveis, porque 8 milhões de dólares são muito dinheiro”.

Em Março do ano passado o hospital recebera a visita de deputados da subcomissão parlamentar de Saúde e Ambiente, que constataram “algumas dificuldades, principalmente nas áreas de gestão e manutenção”. Mas nem esse nem outros alertas serviram de grande coisa, até que o mês passado os blocos provocados pelas fissuras se começaram a separar uns dos outros. Quem estivesse lá dentro via bem o que se passava no exterior, sem necessidade de ir à janela; e vice-versa. Tal como quem estivesse no rés-do-chão podia perfeitamente assistir às movimentações no andar de cima<sup>44</sup>. Este foi só um exemplo do que está para vir em termos de reclamações das obras feitas pelas empresas chinesas.

Para além disso, as queixas passam pelo incumprimento de contratos por parte dos chineses, mormente no que diz respeito à associação a empresas

---

<sup>44</sup><http://www.publico.pt/Mundo/retirados-doentes-do-hospital-geral-de-luanda-prestes-a-desabar> visitado aos 7/Junho/2010.

angolanas. Em matéria de obras públicas assistimos ao envolvimento de empreiteiros chineses em detrimento dos angolanos. A somar a tudo isso, os materiais têm sido transportados por armadores chineses para Angola, contrariando o compromisso de entregar tudo à Secil Marítima nacional.

Com efeito, problemas iguais aos supracitados resultam de uma insuficiente fiscalização por parte do governo de Angola. E é precisamente nesse âmbito que as medidas devem ser implacáveis, caso contrário corre o risco de futuramente prevalecerem obras polémicas. É necessário mostrar à China que o interesse nacional se sobrepõe à necessidade de créditos, pois apesar dos esforços, os chineses tendem a ignorar a fiscalização. Recordemos que, aquando da concessão do empréstimo de dois biliões de dólares, em 2004, o Gabinete de Fiscalização do Ministério das Obras Públicas reuniu-se com as maiores empresas nacionais de consultoria projectos e fiscalização sobre os futuros projectos de fiscalização das obras inscritas no acordo com a China, ideia suportada pela Resolução 83/05, de 19 de Dezembro. No entanto, registou-se a anulação desses intentos por razões não esclarecidas. Em consequência, correu o boato de que tais medidas teriam sido criadas para sossegar as empresas nacionais.

Acontece que Angola está a desenvolver uma dependência tecnológica que, se por um lado poderá ser benévola, uma vez que a China é um país desenvolvido nessa área e continuará a desenvolver novas tecnologias que permitirão a Angola estar ao corrente das inovações, contribuindo para o desenvolvimento do país, por outro poderá constituir uma lacuna no relacionamento, na medida em que pode constranger as negociações pelas cláusulas de fidelidade.

Apesar do relacionamento de Angola com a China ser salutar e se desejar a diversificação relacional, temos de alertar para o risco de exclusividade. O país não deve restringir-se à cooperação com a China e caso apareçam propensos parceiros, deve estabelecer uma ligação para precaver situações de dependência. Para Angola ser um país livre e desenvolvido, capaz de interagir na cena mundial, a estratégia passa pela correcta gestão de parcerias que lhe permitam margem de manobra. Aí reside o verdadeiro poder no mundo globalizado que consiste naquilo que apelidamos de *criação de oportunidades*, que não é mais do que o poder para escolher, de entre o maior número de parceiros, e mediante as circunstâncias, o que melhor assiste os nossos objectivos.

A médio prazo verificaremos a manutenção do relacionamento, com a China a continuar a ceder créditos a Angola como garantia estratégica. Os contratos firmados asseguram também a manutenção por parte da China. Por outro lado, assistiremos a um incremento de actores internacionais em Angola, atraídos pela crescente estabilidade do país, pelo crescimento económico e pelo receio de perder terreno para a China, o que trará benefícios para o país.

Também neste espaço de tempo, Angola poderá usufruir dos produtos que a China oferece, como bens têxteis e tecnologia a preços mais atractivos que os oferecidos pelos parceiros ocidentais. De entre os benefícios trazidos pela relação China-Angola devemos destacar o papel que as bicicletas chinesas poderão

desempenhar na mobilidade das populações angolanas, como alternativa aos veículos automóveis que não são acessíveis, em termos monetários, à população que sobrevive a cada dia. Esta opção será mais barata e benéfica em termos ambientalistas, para além de que a médio prazo as estradas angolanas estarão em recuperação e muitos acessos continuarão interditos aos veículos automóveis.

A longo prazo o governo angolano estará atento aos moldes da cooperação, porque o resultado das obras realizadas continuará envolto em polémicas, assim como verificaremos uma crescente contestação dos contratos firmados. E urge a existência de mecanismos de avaliação e prevenção dos efeitos que preserve esta cooperação. De qualquer forma, a publicação dos Nove Princípios para Encorajar e Estandarizar os Investimentos das Empresas no Exterior, significa que a China está interessada em corresponder às leis locais, contratos de licitação com base em transparência e igualdade, proteger os direitos laborais dos trabalhadores locais, proteger o ambiente, implementar responsabilidades corporativas e outras<sup>45</sup>.

Por outro lado, é dada a altura da economia angolana obter dividendos da internacionalização empresarial, à semelhança do fenómeno *going-out* chinês, através da implementação de políticas de incentivo e o investimento nos mercados estrangeiros. Tendo isso em vista, as grandes empresas nacionais como a Endiama e a Sonangol têm a capacidade e estabilidade necessária para o investimento além-fronteiras, o que lhes permite adquirir reconhecimento internacional.

Assim, aumentando os níveis de cooperação, em notícia publicada no sítio *on-line* Angonoticias a 28 de Setembro de 2010 soube-se que Angola tornou-se no maior fornecedor de petróleo da China, ultrapassando a Arábia Saudita. Segundo o jornal *Global Times*, que apresentava dados das alfândegas chinesas, Angola exportou para a China 3,99 milhões de barris de crude, mais de 19 por cento do total das imputações chinesas.

## 2. Conclusão

Neste ensaio procurou-se apresentar as principais linhas orientadoras do tema que nos propusemos desenvolver; fez-se uma caracterização político-económica de Angola, principalmente após o final do conflito civil que atingiu o país durante décadas, analisou-se o sector da exploração petrolífera e a sua importância para o desenvolvimento económico e mais recentemente como “arma” política na prossecução dos objectivos quer internos quer internacionais do Estado angolano, com a República Popular da China e com Portugal e finalmente avaliou-se o papel da Sonangol enquanto instrumento privilegiado de “diplomacia económica” do Estado angolano. Podemos então extrair pelo menos

---

<sup>45</sup> Dilma Esteves, *Relações de Cooperação China – África: O caso de Angola*, Almedina, Coimbra 2008, pp. 163, 165.

quatro ordens de conclusões, sem prejuízo de outras que poderão igualmente ser tiradas:

- 1) O petróleo foi, tem sido e será um instrumento de primordial importância para o desenvolvimento de Angola, dado que constitui, só por si, cerca de noventa por cento das receitas das exportações do Estado angolano.
- 2) Nos últimos tempos o petróleo tem sido utilizado também como “arma política” ou como instrumento de “diplomacia económica”, permitindo ao Estado angolano estar “imune” a pressões internacionais e desenvolver uma política externa assertiva, quer no quadro regional, quer no quadro continental e mais recentemente ainda na CPLP, nas Nações Unidas, no G20 e noutros *fora* internacionais.
- 3) A Sonangol tem sido o instrumento privilegiado dessa estratégia desenvolvendo investimentos, aquisições e parcerias internacionais que lhe permitam “ter uma palavra a dizer” nas instituições onde participa; o caso português é disso um exemplo paradigmático.
- 4) A dependência excessiva de uma única fonte de receitas de exploração (o petróleo) torna o Estado angolano e os seus objectivos muito vulneráveis às variações de preços, no mercado internacional, dessa matéria-prima; veja-se a situação de estagnação do crescimento e de dificuldades de tesouraria por que passaram as instituições angolanas no ano de 2009 e durante algum período de 2010, precisamente pelo efeito da baixa do preço do petróleo e da conseqüente diminuição da entrada de capitais. Sugere-se, por isso, uma estratégia de diversificação e de aposta em indústrias nacionais (agro-alimentares, por exemplo), de modo a diminuir a dependência externa e ao mesmo tempo começar a exportar outros produtos de base agrícola ou não, mas com maior valor acrescentado, fruto de uma maior incorporação de insumos nacionais.

### 3. Bibliografia

- ALDEN, Chris. *China in Africa*, Zed Books, London and New York, 2007.
- ALDEN, Chris and LARGE, Daniel and OLIVEIRA, Ricardo Soares de (Edts). *China Returns to Africa - A Rising Power and a Continent Embrace*, Hurst Publishers, London, 2008.
- ANTUNES, José Freire. *Os Americanos e Portugal*, Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- ANTUNES, José Freire. *O Factor Africano*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1990.
- BARROSO, José Manuel Durão. *A Política Externa Portuguesa 1992-93* (Seleção de discursos, conferências e entrevistas do Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1992-93). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.
- BARROSO, José Manuel Durão. *Política de Cooperação* (Discursos, entrevistas e textos públicos do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da

- Cooperação 1987/89). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1990.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás. *Estratégias de Intervenção em África – Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio, 2008.
- BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's Gift – The Real Story of China in Africa*, Oxford University Press, Oxford, 2009.
- CAETANO, Marcelo. *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Lisboa: Edições Ática, 1971.
- CAHEN, Michel (Org.). Géopolitiques des Mondes Lusophones. In: *Lusotopie*, n° 1-2, 1994, L'Harmattan.
- Oliveira, Ricardo Soares de, *Business success Angola style-post colonial politics and the rise of Sonangol*, Cambridge University Press, 2007.
- CANN, John P. *Contra-Insurreição em África: 1961-1974 o modo português de fazer a guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena, 1998.
- CAVACO SILVA, Aníbal. *Autobiografia Política I*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.
- CAVACO SILVA, Aníbal. *Autobiografia Política II*. Lisboa: Temas e Debates, 2004.
- CHACON, Vamireh. *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa: Editorial Verbo, 2002.
- CHARILLON, Frédéric. *Politique Étrangère. Nouveaux Regards*. Paris: PUF, 2002
- CLAPHAM, Christopher, (ed). *Foreign Policy-Making in Developing States*. Farnborough: Saxon House, 1977.
- CLARKE, Michael and WHITE, Brian, (eds). *Understanding Foreign Policy: The Foreign Policy Systems Approach*. Aldershot: Edward Elgar, 1989.
- CLINTON, W. David. *The Two Faces of National Interest*. Baton Rouge: University Press, 1994.
- DAN, Wei. *Os Países de Língua Portuguesa e a China Num Mundo Globalizado*. Coimbra: Universidade de Macau e Almedina, 2009.
- DEUTSCH, Karl. *Politics and Government: How People Decide Their Fate*. Boston: Houghton Mifflin, 1974.
- ESTEVES, Dilma (2008) - *Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola*, Almedina, Coimbra.
- FERNANDES, António José. *As Relações Internacionais e Portugal*. Lisboa: Prefácio, 2008.
- FERREIRA, José Medeiros. *Cinco Regimes na Política Internacional*. Barcarena: Editorial Presença, 2006.
- FRANCO, Manuela (Coord.). *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. Lisboa: Fundação Luso - Americana e IPRI, 2006.
- FRANKEL, Joseph. *The Making of Foreign Policy*. London: OUP, 1963.
- GALA, José Manuel Briosa e. *Política de Cooperação 1992-95 (Discursos, entrevistas e textos públicos do Secretário de Estado da Cooperação)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.
- GAMA, Jaime. *Política Externa Portuguesa 1983-85 (Seleccção de discursos, conferências e entrevistas do Ministro dos Negócios Estrangeiros)*. Lisboa:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.
- GOLDSTEIN, Judith and KEOHANE, Robert, (eds). *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- GOMES, António Ribeiro. Relações de Cooperação Portugal/Palop. in: *Cadernos de Economia*, nº45, Out/Dez 1998, pp. 50-59.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*. Lisboa: Separata da *Revista Cooperação Portuguesa*, ICP, 1994.
- HAMILTON, Kimberly A. Lusophone Africa, Portugal, and the United States: Possibilities for More Effective Cooperation. in: *Significant Issues Series, The Luso-American Development Foundation and The Center for Strategic and International Studies*, Vol. XIV, Nº 11, 1992.
- HERMANN, C. and KEGLEY, C. and ROSENAU, J.N., (eds). *New Directions in the Study of Foreign Policy*. London: Unwin Hyman, 1987.
- HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. Hampshire: Palgrave, Macmillan. 2003.
- HILSMAN, Roger. *The Politics of Policy-Making in Defense and Foreign Affairs: Conceptual Models and Bureaucratic Politics*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1987.
- HOLBRAAD, Carsten. *Middle Powers in International Politics*. London: Macmillan, 1984.
- JENSEN, Lloyd. *Explaining Foreign Policy*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1982.
- KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. New York: Random House, 1987.
- KEOHANE, Robert and NYE, Joseph. *Power and interdependence*. Boston: Brown, 1977.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. London: Simon and Shuster, 1994.
- LARA, António de Sousa. *Colonização Moderna e Descolonização – Sumários para o Estudo da Sua História*. Lisboa: Edições ISCSP, 2000.
- LARA, António de Sousa. *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: Edições ISCSP, 2002.
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto. *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os Políticos não mudarem*. Mem Martins: Publicações Europa--América, 2009.